MOBILIZAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA DOS POVOS TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA

Larissa Marinho da Costa[1]

Solange Maria Gayoso da Costa[2]

Letícia Ferreira Ananias[3]

RESUMO

Este artigo debate estratégias de resistência na Amazônia frente a territorização do capital em territórios tradicionalmente ocupados. Utilizando a Revisão Sistemática de Literatura como metodologia de pesquisa a partir da análise de 68 estudos publicados no período de 2014 a 2019. E como resultado para o enfrentamento das investidas do capital, os povos tradicionais acionam uma diversidade de formas de resistência: cotidianas, de articulação de movimentos sociais e ações propositivas; se fortalecendo também por meio do arcabouço jurídico e; a partir de ações de mobilização e confronto.

Palavras-chave: Resistência na Amazônia; Movimentos Sociais; Povos tradicionais.

ABSTRACT

This article discusses resistance strategies in the Amazon against the territorialization of capital in traditionally occupied territories. Using the Systematic Literature Review as a research methodology from the analysis of 68 studies published in the period 2014 to 2019. And as a result to face the onslaught of capital, traditional peoples trigger a diversity of forms of resistance: everyday, of articulation of social movements and propositional actions; strengthening itself also through the legal framework and; from mobilization and confrontation actions.

Keywords: Resistance in the Amazon; Social Movements; Traditional peoples.

[1] Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestre em Serviço Social e doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS), bolsista da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas – FAPESPA e membro do Grupo de Pesquisa Sociedade, Território e Resistência na Amazônia - GESTERRA; larissa.costa@icsa.ufpa.br

[2] UFPA; Profa. Dra. da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Ufpa; solgayoso@ufpa.br

[3] UFPA; graduanda em Serviço Social e bolsista PIBIC pelo GESTERRA; ananiasleticia33@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A territorialização do capital em territórios tradicionalmente ocupados tem provocado expropriação de territórios e modos de vida dos povos tradicionais, o que vem ocorrendo desde o processo de colonização e ao logo do tempo somente toma novos formatos, mas continua-se invadindo territórios e utilizando a violência como uma de suas estratégias, tendo como fim a acumulação. Harvey (2005) afirma que, nessa dinâmica se trata da *acumulação por espoliação*, um "[...] projeto distintivamente político da parte de atores cujo poder se baseia no domínio de um território e numa capacidade de mobilizar os recursos naturais e humanos desse território para fins políticos, econômicos e militares [...]" (HARVEY, 2005, p. 31).

Nesse contexto histórico, de expropriação permanente, a defesa dos territórios tradicionalmente ocupados se traduz em "elemento unificador do grupo" (LITTLE, 2004, p. 255) e em importante estratégia de resistência na luta pelo direito à vida na região Amazônica. Diferentes grupos sociais se organizam de diversas formas e modalidades de articulações e mobilizações políticas para o enfrentamento das investidas do capital em seus territórios. São atos de resistência que se constroem a partir da vida cotidiana, em pequenos atos de desobediência, de contradiscursos (SCOTT, 2013), no fortalecimento das práticas sociais de solidariedade comunitária e em atos públicos de recusa dos grandes projetos e empreendimentos que violem seus direitos territoriais e coloquem em risco seu modo de vida local. Tais atos de resistência tem se mostrado decisivos à permanência e manutenção dos modos de vida na região.

Para tanto, o artigo[1] baseou-se em uma Revisão Sistemática da Literatura – RSL, enquanto estratégia metodológica de pesquisa bibliográfica, adotando critérios de inclusão e exclusão dos trabalhos para seleciona-los e, assim, realizar a análise de conteúdo apresentada. Sendo assim, foi elaborado protocolo de pesquisa, indicando a pergunta inicial, *quais tem sido as estratégias de resistência das comunidades e povos tradicionais na Região da Amazônia brasileira?* Por seguinte, foram definidos os critérios de seleção do material, as palavras-chave ou descritores, as estratégias de acesso e os tipos de busca nas bases de dados.

Arbitrou-se como recorte temporal o período recente de seis anos – 2014 a 2019 para levantamento e posterior seleção e analise dos trabalhos.

Quanto as estratégias de busca forma definidas: a) o tipo de estudo indexado na base de dados: qualitativo ou quantitativo; b) a área do conhecimento: multidisciplinar; c) a temática abordada: não específica do objeto de análise; d) o acesso livre e gratuito às bases de dados (*open access*); e) o idioma em português; f) não serem trabalho repetidos. O que foi realizado no banco de teses e dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), vinculados as instituições Federais e Estaduais que fazem parte da Amazônia brasileira; e periódicos da plataforma Sucupira, qual tiveram 24 periódicos analisados vinculados a produção do Serviço Social, com classificação A1, A2 e B1 (Qualis CAPES - Quadriênio 2013-2016). Tendo como resultado final 68 estudos, sendo 48 artigos, 14 dissertações e 06 teses.

Assim, este artigo tem como objetivo refletir sobre as diversas estratégias de resistência utilizadas pelos diferentes povos tradicionais no enfrentamento das ameaças ocorridas na região Amazônica, a partir de uma Revisão Sistemática da Literatura.

2 MOBILIZAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA

O território tradicionalmente ocupado sempre foi local de disputa, desde o processo de colonização brasileira e, nessa perspectiva aos povos que os habitam(vam) sempre foi-lhes demandado resistir as imposições dos de “fora”. Resistência que significa, “reagir a uma ação anterior e, assim, sempre uma ação reflexa” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 51).

Aos povos tradicionais lhes é demandado que resistências sejam permanentes e percebidas como mecanismo de sobrevivência, os quais se organizam em trono de suas estratégias para manter nos seus territórios e suas formas de (re)produção da vida, devido a crescentes investidas do capital com grandes empreendimento e o avanço do agronegócio, esses que mais tem gerado impactos e alteração dos modos de vida tradicional.

> E com relação a realidade do campesinato e indígena na América Latina que o vínculo político e social, e sua localização geoespacial sobre a plataforma do Estado Nação, apresenta uma temporalidade de resistência, situada precisamente nas práticas dos sujeitos campesinos [...] (SOTO, 2019, p. 105, tradução das autoras).

Para Porto-Gonçalves (2012, p. 51), esse processo de resistência se traduz em outro termo o de *r-existência*, o que está ligado a "[...] uma forma de existir, uma determinada matriz de racionalidade que age nas circunstâncias, inclusive reage, a partir de um *topoi*, enfim, de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico. Na verdade, age entre duas lógicas". Os povos tradicionais possuem uma lógica distinta da imposta pelo sistema capitalista, uma outra epistemologia de um sujeito plural (SOTO, 2019), e essa diferença é que resulta na necessidade de r-existência permanente.

2.1 Principais evidências identificadas nos estudos sobre resistência

A partir do debate da resistência, buscou-se na RSL realizada quais as estratégias dos povos tradicionais para esse processo de luta que se mostra permanente desde a colonização brasileira. Para tanto, foi possível na leitura dos 68 estudos gerar quadros gerais com síntese das estratégias e a partir disso pode-se fazer algumas categorizações destacadas no quadro 01, aqui utilizamos da estratégia de presença ou ausência de cada uma das categorias arbitradas, pelas autoras, podendo ter mais de uma categoria no mesmo estudo.

Quadro 01: Categorização das estratégias de resistência a partir da literatura

Estratégia de Resistência	Entendimento da classificação
Resistência do Cotidiano (RC)	Manifestações culturais, principalmente de afirmação da identidade e ações do cotidiano.
Resistência por meio Jurídico (RJ)	Utilização de instrumentos legais usados para fortalecimento da luta.
Resistência de Mobilização/ Confronto (RMC)	Mobilizações sociais e ações de confronto.
Resistência Propositiva/Articulação (RPA)	Articulação de/com mov. sociais e outras formas, bem como ações políticas propositivas (como realizações de eventos).
Outras formas	Resistência as urbanidades; Ressignificação das situações; Deslocamento das famílias para sobrevivência; Formação de escolas diferenciadas; Bom Viver (aplicação desta corrente intelectual e política); repelir o trabalho; apropriação das novas tecnologias; trabalho cooperativo;"des-invisibilizar".

Fonte: Elaboração das autoras a partir da RSL

Quando contabilizado as ocorrências de cada uma das estratégias de resistências, como mostra os dados do quadro 02, inferimos três observações iniciais sobre a quantidade de ocorrências: a primeira se trata da maior incidência das estratégias de **proposição/articulação** entre sujeitos, o que principalmente são formas organizativas em movimentos sociais, para tanto podemos citar, Alves (2017), Trindade (2015), Berredo (2017), Pereira (2016), Sant'ana Júnior (2016), Lusa (2014) e, Barbosa (2014). Destacamos que essas ações políticas fortalecem as lutas dos povos tradicionais, e segue sendo o meio para a r-existência desses sujeitos, segundo a análise dos estudos.

Temos que as estratégias de resistência também foram as construídas a partir do **cotidiano**, segunda de maior ocorrência, e incialmente citamos Freitas (2014), Silva (2018b), Soares (2018), Cavas e Mendes (2018). E terceiro, nos chama a atenção que as ações de **mobilização/confronto**, estarem presentes somente em quatro das dissertações e teses analisadas (LIMA, 2015; MELO, 2018; SANTOS, 2014 e; COUTINHO, 2016) (Quadro 02).

Quadro 02: Estratégias de resistências na RSL

Estratégias de resistências	TOTAL
Resistência do Cotidiano (RC)	48
Resistência por meio Jurídico (RJ)	32
Resistência de Mobilização/Confronto (RMC)	32
Resistência Propositiva/Articulação (RPA)	56
Outras formas de resistência	13

Fonte: Elaboração das autoras a partir da RSL

Entre as estratégias de resistências, optarmos em dar destaque diferenciado para as **resistências do cotidiano**, segunda maior estratégia presente nos estudos (48). O que é debatido por Scott (2011, p. 219) afirmando que: "Elas exigem pouca ou nenhuma coordenação; representam uma forma de autoajuda individual; e tipicamente evitam qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou as normas da elite".

Os estudos apresentaram que as **resistências do cotidiano** estão ligadas a identidade dos povos tradicionais que atuação a partir da cultura e da sua relação

com a natureza para fortalecimento dessa identidade, uma dessas formas é manter viva suas **narrativas**; ações políticas que geram **visibilidade cultural** (VIEIRA, 2016); **fortalecimento das bases de pertencimento** (ALVES, 2017); **valorização e reconhecimento da identidade** (LIMA, 2015); **manifestações da cultura local**; **história oral**; **manifestações religiosas** e; **auto-afirmação individual** (DAMASCENO, 2016).

E também aparecem vinculadas a existência e o fortalecimento dos modos de vida com diferentes termos (PEREIRA 2016; SILVA; WANDERLEY; CONSERVA, 2014; BETTIOL LANZA; SANTOS; RODRIGUES, 2016; MARINHO, 2017; etc.), o que podemos ver no quadro abaixo.

Quadro 03: Termos relacionados a Resistência do Cotidiano

"Práticas coletivas de resistência"	"Táticas de sobrevivência"	"Expressões da cultura do trabalho"	"Modos de vida"
"Resistência construída no cotidiano"	"Laços de solidariedade"	"Economia comunitária"	"Práticas para o bem comum"
"Quilombo"	"Oralidade"	"Trabalho é compartilhado"	"Buscar a palha"
"Cultura"	"Conhecimentos alternativos indígenas e saberes tradicionais"	"Emprego dos recursos naturais de forma sustentável"	"Saberes nativos"
"Resistências culturais"	"Relacionar com a natureza"	"Processamento de alimentos"	"Vida cotidiana"
"Vida coletiva"	"Repasse de costumes"	"Identidade agroecológica"	"Questões religiosas, recreativas, esportivas"
"Valorização dos saberes locais"	"Manter as práticas do seu modo de vida"	"(Re)existência"	"Tambor de crioula"
"Sobrevivência cultural"	"Fortalecimento da sua identidade"	"Possibilidade de vida (existência)"	"Plantar e reproduzir"

Fonte: Elaboração das autoras a partir da RSL

Ainda referindo as resistências do cotidiano, também destacamos que estas ocorrem tanto de forma espontânea (nas suas construções sociais), por exemplo, quando "[...] instalaram uma relação peculiar, dominando técnicas de cultivo, armazenamento de água no período de estiagem, caçando e pescando [...] obedecendo aos ciclos de reprodução da vida." (SOUSA; SANTOS, 2019, p. 207). Mas, também não-espontânea, por entenderem a lógica de desenvolvimento

imposto: “há camponeses que ainda resistem às urbanidades no rural [...] e optaram por residirem nos terrenos onde está sua produção agrícola." (TAVARES, 2016, p.71). Ao se ter a necessidade de reafirmação dos seus costumes e tradições, as torna estratégias ligadas a sua existência.

Já na categoria da **Resistência por meio Jurídico** (RJ), com 32 ocorrências, podemos exemplificar o uso jurídico no fortalecimento da luta a partir das Assembleias, audiências públicas e articulações com órgãos públicos (VIEIRA, 2016; SOUZA, 2017; SILVA; WANDERLEY; CONSERVA, 2014); mais também com os Mecanismos jurídicos, como Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, Constituição Federal de 1988 (capítulo VIII, artigo 231), Estatuto da Terra, Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, Convenção nº 169, Decreto nº 6.040/2007 (TEIXEIRA, 2017; FREITAS, 2014; BERREDO, 2017; DAMASCENO, 2016; CASCAES, 2017; SILVA, 2018a; HAZEU; COSTA; FIALHO NASCIMENTO, 2019).

Com o mesmo quantitativo de ocorrência (32) estão as **Resistência de Mobilização/Confronto** (RMC), cujo são as **manifestações** e os **protestos** (HAZEU; COSTA; FIALHO NASCIMENTO, 2019; TEISSERENC, 2016a; TEISSERENC, 2016b; CAPIBERIBE; BONILLA, 2015); além das **greves** (CARDOSO, 2019), dos **levantes** (LUSA, 2014), **ocupações** e **interdições** (SOUSA, 2014; CONGILIO; MOREIRA, 2016), **combate** e, **enfrentamento direto** (VAZZI PEDRO; SANTOS, 2018).

E por fim, com as 56 ocorrências a **Resistência Propositiva/Articulação** (RPA), além das articulação dos povos tradicionais com os movimentos sociais e outros parceiros, temos o que chamamos de ações políticas propositivas, sendo estas: **oficinas de capacitação** (TRINDADE, 2015; MARINHO, 2017), **capacitação das comunidades** (BERREDO, 2017), **reuniões de discussões** (ASSUNCAO, 2017), **encontro e, congressos** (CASCAES, 2017; PEREIRA, 2016; SILVA; WANDERLEY; CONSERVA, 2014; POTT; ESTRELA, 2017; CONGILIO; MOREIRA, 2016; BATISTA; NASCIMENTO; NASCIMENTO, 2016).

A resistência para a garantia da existência dos povos tradicionais na Amazônia e no Brasil é um ato cotidiano, expresso nas diversas lutas locais e

nacionais, como, por exemplo, a luta contra o Projeto de Lei 490 aprovado na Comissão de Constituição e Justiça que segue para votação no plenário (ALESSI, 2021), atacando os territórios indígenas, mudando a forma da demarcação de terras, que em um dos seus pontos somente são considerados território indígena se tiver a posse até a data da Constituição, 5 de outubro de 1988.

Também, nesse contexto de "repressão" temos a organização da resistência: "Cerca de 800 indígenas realizavam ato em frente à sede da Funai e esperavam ser recebidos pelo presidente do órgão", mas são duramente reprimidos por um contingente policial na frente do órgão que teria o dever da proteção e promoção de direitos, apesar de todos os ataques os povos indígenas e demais povos tradicionais continuam resistindo (CIMI, 2021).

3 CONCLUSÃO

No processo de análise da RSL podemos perceber a necessidade da resistência permanente em detrimento dos processos de territorialização do capital ocorridos na Amazônia, no qual se expropria povos tradicionais de seus territórios e seus modos de vida, violando direitos, já estabelecidos. E é dessa constante articulações de estratégia de resistências que determina a existência desses sujeitos.

As estratégias vão tomando novas formas conforme o contexto em que se apresenta, como por exemplo, no período da escravidão nos traz a formação dos quilombos como elemento mais representativo (MOURA, 1992); já atualmente apresenta-se apoiados a uma legislação para que haja o fortalecimento de suas lutas, como é o caso Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que estabelece o direito de Consulta prévia, livre e informada, dos povos tradicionais sobre possíveis empreendimentos em seus territórios.

Dessa maneira, este artigo demonstra a importância do estudo da Amazônia e de seus povos, bem como, dos mais diversos processos de resistência dos povos tradicionais que continuam existindo, mesmo com toda a investida de estratégias do grande capital para a dizimação dessas populações desde o período da colonização

do país. Podemos concluir que há luta pela permanência de identidades, mantendo viva suas narrativas e manifestações religiosas, bem como, se articulando em redes para o fortalecimento de seus modos de vida, suas reivindicações e socialização de seus contra discursos, além da participação de audiências públicas e de articulações com órgãos públicos, ocupações e interdições, dentre outras estratégias na r-existência.

REFERÊNCIAS

ALESSI, Gil. Na Câmara, comissão aprova projeto que fragiliza blindagem de terras indígenas. **El País**, São Paulo - 23 JUN 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-06-23/na-camara-comissao-aprova-projeto-que-fragiliza-blindagem-de-terras-indigenas.html>. Acesso em: 25/06/2021.

ALVES, Tacilvan Silva. **A PESCA E O CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA**: saberes e conflitos sociais' 28/02/2017 208 f. Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia Instituição de Ensino: Universidade Estadual do Maranhão, São Luís.

ASSUNCAO, Ana Valeria Lucena Lima. **"Quilombo Urbano", Liberdade, Camboa e Fé em Deus**: Identidade, festas, mobilização política e visibilidade na cidade de São Luís, Maranhão' 01/09/2017 162 f. Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia Instituição de Ensino: Universidade Estadual do Maranhão, São Luís.

BARBOSA, Rômulo Soares; SILVA, Queite Marrone Soares da. Conflitos Ambientais e Estratégias de Resistência: a Luta pela Água no Riachão. **O Social em Questão** - Ano XXI - nº 40 - p. 289 - 308 - Jan a Abr/2018.

BARBOSA, Zulene Muniz. O PROTAGONISMO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMERICA LATINA AMAZÔNICA: uma nova fase de múltiplos embates. **R. Pol. Públ**., São Luís, Número Especial, p. 213-217, jul. de 2014.

BATISTA, Mércia Rejane Rangel; NASCIMENTO, Germana Aguiar Ribeiro do; NASCIMENTO Marilia Aguiar Ribeiro do. Panorama atual de proteção do direito à terra das comunidades quilombolas e desafios futuros. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v. 17, n. 3, p. 432-447, jul./set. 2016.

BERREDO, Eliane Sa Amorim. **O MIQCB**: aspectos organizativos e o processo de onguização do movimento' 16/05/2017 110 f. Mestrado em Políticas Públicas Instituição de Ensino: Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

BETTIOL LANZA, Líria Maria; SANTOS, Amanda de Barros; RODRIGUES, Julia Ramalho. Imigração, território e as políticas de seguridade social, **Argum.** (Vitória), v. 8, n. 3, p. 54-66, set./dez. 2016.

CAPIBERIBE, Artionka; BONILLA, Oiare. A ocupação do Congresso: contra o quê lutam os índios? **Estudos avançados**, v. 29, n. 83, p. 293-313, 2015.

CARDOSO, Franci Gomes. Dinâmica de classes no acirramento da crise mundial do capitalismo: lutas de resistência às alternativas capitalistas no Brasil. **EM PAUTA**, Rio de Janeiro, n. 43, v. 17, p. 17 – 31, 1º Semestre de 2019.

CASCAES, Barbara de Sousa. **"Miranda era essas pedras"**: Estado, mineração e conflitos em uma comunidade quilombola.' 24/02/2017 149 f. Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia Instituição de Ensino: Universidade Estadual do Maranhão, São Luís.

CAVAS, Claudio São Thiago. MENDES, Dulce Santoro. Benzedeiras e benzedeiros quilombolas - construindo identidades culturais. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v. 19, n. 1, p. 3-14, jan./mar. 2018.

CIMI. Barrados pela polícia com bombas na entrada da Funai, indígenas pedem saída do presidente Marcelo Xavier. **Conselho Indigenista Missionário**. Notícias, Direitos Indígenas, 16/06/2021. Disponível em: <https://cimi.org.br/2021/06/barrados-atacados-bombas-funai-indigenas-pedem-saida-presidente-marcelo-xavier/>. Acesso em: 25/06/2021.

CONGILIO, Celia Regina; MOREIRA, Edma do Socorro Silva. A RESISTÊNCIA AOS GRANDES PROJETOS DE MINERAÇÃO DO FERRO NO SUDESTE PARAENSE. **R. Pol. Públ.** São Luís, Número Especial, p. 105-115, nov. de 2016.

COUTINHO, Julia Lara Roque. **QUESTÃO FUNDIÁRIA E PROPRIEDADE DA TERRA NA AMAZÔNIA**: um estudo de caso sobre a distribuição de terras no ramal do Brasileirinho' 14/09/2016 265 f. Mestrado em Serviço Social Instituição de Ensino: Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

DAMASCENO, Elena Steinhorst. **A RESEX DE TAUÁ-MIRIM E SEUS RIZOMAS**: um experimento de autoria coletiva e etnografia do processo' 21/03/2016 233 f. Doutorado em Políticas Públicas Instituição de Ensino: Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

FREITAS, Luiz Francisco Nogueira de. **FILHOS DO WARANÁ**: territorialização dos Sateré-mawé na Região Metropolitana de Manaus – RMM' 29/08/2014 180 f. Mestrado em GEOGRAFIA Instituição de Ensino: Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. Trad.: Adail Sobral; Maria Stela Gonçalves. 2ª edição. São Paulo: Ed.: Loyola, 2005.

HAZEU, Marcel Theodoor; COSTA, Solange Gayoso da; FIALHO NASCIMENTO, Nádia Socorro. Comunidades Tradicionais e Sindicatos em conflito com Estado e capital em Barcarena (PA). **Argum.**, Vitória, v. 11, n. 1, p. 173-187, jan./abr. 2019.

LIMA, Luiza De Nazare Mastop de. **Povos indígenas e agricultores familiares**: a luta pela construção da identidade e da diversidade no Território Sudeste Paraense' 16/10/2015 203 f. Doutorado em Antropologia Instituição de Ensino: Universidade Federal do Pará, Belém.

LITTLE, Paul E. TERRITORIOS SOCIAIS E POVOS TRADICIONAIS NO BRASIL: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico/2002-2003**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004: 251-290.

LUSA, Mailiz Garibotti. Políticas Públicas no Semiárido Alagoano e a resistência quilombola e camponesa frente à exploração capitalista. **R. Pol. Públ**., São Luís, Número Especial, p. 447-452, jul. de 2014.

MARINHO, Thais Alves. TERRITORIALIDADE E CULTURA ENTRE OS KALUNGA: para além do culturalismo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 30, n. 80, p. 353-370, Mai./Ago. de 2017.

MELO, Luciana Marinho de. **Povos Indígenas na cidade de Boa Vista**: Estratégias identitárias e demandas políticas em contexto urbano' 06/09/2018 202 f. Doutorado em ANTROPOLOGIA Instituição de Ensino: Universidade Federal do Pará, Belém.

MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Ática S.A. 1992. (Séries Princípios)

PEREIRA, Evelyne Medeiros. E nos sonhos que fui sonhando, as visões se clareando: hegemonia e luta pela terra no Brasil. **R. Katál**., Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 194-203, jul./set. de 2016.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A REINVENÇÃO DOS TERRITÓRIOS NA AMÉRICA LATINA/ABYA YALA**. Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Sociales, 2012, (cap. 5).

POTT, Crisla Maciel; ESTRELA, Carina Costa. Histórico ambiental: desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento. **Estudos Avançados**, 31(89), p. 271-283, 2017.

SANTOS, Rafael Rogerio Nascimento dos. **"DIS O ÍNDIO..."**: outra dimensão da lei - políticas indígenas no âmbito do diretório dos índios (1777-1798)' 16/05/2014 136 f.

Mestrado em HISTÓRIA Instituição de Ensino: Universidade Federal do Pará, Belém.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. COMPLEXO PORTUÁRIO, RESERVA EXTRATIVISTA E DESENVOLVIMENTO NO MARANHÃO. **Caderno CRH**, Salvador, v. 29, n. 77, p. 281-294, Mai./Ago. de 2016.

SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 5. Brasília, p. 217-243, jan.-jul. de 2011.

SILVA, Elizângela Cardoso de Araújo. Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira. **Serv. Soc. Soc**., São Paulo, n. 133, p. 480-500, set./dez. de 2018a.

SILVA, Emanuel Luiz P. da; WANDERLEY, Mariangela Belfiore; CONSERVA, Marinalva de Sousa. Proteção social e território na pesca artesanal do litoral paraibano. **Serv. Soc. Soc**., São Paulo, n. 117, p. 169-188, jan./mar. de 2014.

SILVA, Linalva Cunha Cardoso. **QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU, ORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO POLÍTICA NO LAGO DO JUNCO E LAGO DOS RODRIGUES, REGIÃO DO MÉDIO MEARIM (MA):** a experiência da fábrica de sabonete' 27/02/2018b 226 f. Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia Instituição de Ensino: Universidade Estadual do Maranhão, São Luís.

SOARES, Iris Pontes. Conflitos socioambientais e a ameaça ao processo de demarcação de terras quilombolas no Brasil. **R. Pol. públ**. v. 22, n. 2, p. 687-709, out. de 2018.

SOTO, Oscar. Re-existencias y lucha política en América Latina: un registro de las temporalidades campesino/indígena desde el Sur Global. **Ciência política**. Vol. 14, N.º 28, p. 103-127, Jul-Dic 2019.

SOUSA, Maria Sueli Rodrigues de; SANTOS, Joaquim José Ferreira dos. Territorialidade quilombola e trabalho: relação não dicotômica cultura e natureza. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 201-209, jan./abr. de 2019.

SOUSA, Maria Gorete de. ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL DOS ATINGIDOS PELA VALE NA LUTA CONTRA O CAPITAL E SUA FORMA DESTRUTIVA. **R. Pol. Públ**., São Luís, Número Especial, p. 201-206, jul. de 2014.

SOUZA, Lais Goncalves de. **Gestão de Unidades de Conservação e Terras Indígenas entre disputas, tensões e conflitos**: as situações da REBIO Gurupi e das TIs Alto Turiaçu, Awá e Caru no Maranhão' 05/12/2017 152 f. Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia Instituição de Ensino: Universidade Estadual do Maranhão, São Luís.

TAVARES, Anderson de Souza. **Geograficidades, urbanidades rurais e campesinidade no modo de vida dos moradores da comunidade de santa maria de vila Amazônia**. Parintins/AM, 22/07/2016 110 f. Mestrado em Geografia Instituição de Ensino: Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

TEISSERENC, Maria José da S. A. Politização, ambientalização e desenvolvimento territorial em Reservas Extrativistas. **Caderno CRH**, Salvador, v. 29, n. 77, p. 229-242, Maio/Ago. de 2016a.

TEISSERENC, Pierre. As vias de integração da mobilização social no campo político. **Caderno CRH**, Salvador, v. 29, n. 77, p. 243-259, Maio/Ago. de 2016b.

TEIXEIRA, Natalia Andrade. **Práticas socioculturais e proteção do conhecimentos tradicionais associados ao uso de plantas medicinais em Caapiranga/AM**' 29/08/2017 124 f. Mestrado em Serviço Social Instituição de Ensino: Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

TRINDADE, Joseline Simone Barreto. **Lavrando a memória, cultivando a terra**: o direito de dizer e fazer a roça no Quilombo do Curiaú/AP' 07/08/2015 179 f. Doutorado em Antropologia Instituição de Ensino: Universidade Federal do Pará, Belém.

VAZZI PEDRO, Viviane, SANTOS, Rosimeire de Jesus Diniz. POVOS TRADICIONAIS E INDÍGENAS NO MARANHÃO: violência, fronteiras territoriais e margens da normatização. **R. Pol. públ.** v. 22, número especial, p. 1388-1406, set. de 2018.

VIEIRA, Monica do Corral. **Histórias Tembé**: sobre narrativas e autoidentificação' 09/05/2016 169 f. Doutorado em Antropologia Instituição de Ensino: Universidade Federal do Pará, Belém.

NOTAS

[1] Este artigo é produto do Projeto de Pesquisa: OS EFEITOS DA DESTINAÇÃO DE TERRAS NA PRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS NA AMAZÔNIA, aprovado na Chamada MCT IC/CNPq Nº 28/2018.